



CADERNO DE QUESTÕES

ECONOMISTA

NÍVEL SUPERIOR/ MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém **60 (sessenta)** questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou distorções textuais ou em imagens. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
3. A prova terá a duração de **3 h (três horas)**, incluindo o tempo de preenchimento da Folha de Respostas.
4. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **1h (uma hora)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas da prova será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões quando faltarem **60 (sessenta)** minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

| | | | | | | | | | |
|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|
| 01 | | 13 | | 25 | | 37 | | 49 | |
| 02 | | 14 | | 26 | | 38 | | 50 | |
| 03 | | 15 | | 27 | | 39 | | 51 | |
| 04 | | 16 | | 28 | | 40 | | 52 | |
| 05 | | 17 | | 29 | | 41 | | 53 | |
| 06 | | 18 | | 30 | | 42 | | 54 | |
| 07 | | 19 | | 31 | | 43 | | 55 | |
| 08 | | 20 | | 32 | | 44 | | 56 | |
| 09 | | 21 | | 33 | | 45 | | 57 | |
| 10 | | 22 | | 34 | | 46 | | 58 | |
| 11 | | 23 | | 35 | | 47 | | 59 | |
| 12 | | 24 | | 36 | | 48 | | 60 | |

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Considere o aviso a seguir, afixado em um refeitório institucional:



Disponível em:

<http://trabalhodeportinstrumentaljossetarci.blogspot.com/2017/04/ambiguidade-sintatica-e-semantica.html>. Acesso em 15 fev. 2026.

A frase apresenta um problema de construção que gera ambiguidade. Assinale a alternativa que identifica **CORRETAMENTE** a causa dessa ambiguidade e a reescreve de forma a eliminá-la, mantendo o sentido pretendido pela direção do estabelecimento.

(A) A ambiguidade é lexical, pois a palavra "prato" pode significar tanto o utensílio quanto a refeição. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido duas pessoas comerem o mesmo prato."

(B) A ambiguidade é estrutural (ou sintática), pois a expressão "duas pessoas" pode ser interpretada como sujeito ou como objeto direto do verbo "comer". Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido que duas pessoas comam no mesmo prato."

(C) A ambiguidade é polissêmica, pois o verbo "comer" possui mais de um significado. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido alimentar-se de duas pessoas utilizando o mesmo prato."

(D) A ambiguidade é referencial, pois não fica claro a quem "a direção" se refere. Reescreve-se corretamente como: "Atenção, direção! Não é permitido comer duas pessoas no mesmo prato."

(E) A frase não apresenta ambiguidade, apenas uma inadequação de pontuação. A forma correta seria: "Atenção! Não é permitido comer, duas pessoas, no mesmo prato."

QUESTÃO 02

Leia o texto abaixo para responder:

"O economista Pedro Gomes defende a semana de quatro dias de trabalho não para tornar as pessoas mais felizes, mas sim porque acredita que, assim, será possível salvar o capitalismo.

Autor do livro *Sexta-feira é o novo sábado* (2021), o professor de economia da Universidade de Londres em *Birkbeck* afirma que o mundo passou por transformações profundas ao longo das últimas décadas, mas o trabalho não acompanhou essas mudanças.

O resultado são funcionários estafados e famílias exaustas — isso pensando na realidade de países em que prevalece a escala 5x1.

Enquanto o Brasil vê ganhar fôlego a campanha para acabar com a semana de seis dias de trabalho com um dia de folga, Gomes aplaude a iniciativa, considerando o modelo algo remanescente do século 19.

Mas frisa a necessidade de que as mudanças sejam graduais e bem planejadas, com diferentes soluções sendo encontradas para diversos setores."

Sobre o texto, analise as afirmativas:

I. A tese central defendida por Pedro Gomes é que a redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais deve ser implementada prioritariamente para melhorar a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

II. Depreende-se do texto que, para o autor, o modelo de trabalho vigente (escala 5x1) não acompanhou as transformações sociais e econômicas das últimas décadas, gerando desgaste para os trabalhadores.

III. O público-alvo prioritário do texto são especialistas em economia e mercado de trabalho, uma vez que a argumentação se restringe a dados técnicos e estatísticos sobre produtividade.

IV. O texto estabelece uma comparação implícita entre a realidade brasileira (debate sobre o fim da escala 6x1) e a proposta mais ampla de Gomes (semana de quatro dias), situando-as em um mesmo espectro de discussão sobre flexibilização da jornada.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em:

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I e III.

(E) II, III e IV.

QUESTÃO 03

Considerando as características dos gêneros textuais no contexto da comunicação oficial e pública, relacione a coluna A (intencionalidade discursiva predominante) à coluna B (gênero):

Coluna A

1. Expor, de forma detalhada e impessoal, fatos e conclusões de uma investigação, visando à objetividade e à comprovação de hipóteses.
2. Interpretar um fato cotidiano sob uma ótica subjetiva e muitas vezes poética, estabelecendo uma cumplicidade com o leitor por meio da reflexão sobre o ordinário.
3. Apresentar a posição institucional do veículo sobre um tema de relevância pública, buscando influenciar a opinião pública e os agentes políticos por meio da argumentação.

Coluna B

- () Editorial de um grande jornal.
() Relatório técnico de comissão parlamentar de inquérito.
() Crônica publicada em revista semanal.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 3, 1, 2.
(B) 2, 3, 1.
(C) 1, 2, 3.
(D) 2, 1, 3.
(E) 3, 2, 1.

QUESTÃO 04

De acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a frase inteiramente **CORRETA** quanto à grafia, acentuação e emprego de maiúsculas/siglas é:

- (A) A ONG apresentou um relatório sobre o microônibus elétrico, cujo protótipo, em fase de auto-aprendizagem, opera com uma tecnologia que não emite poluentes.
(B) O requerimento foi encaminhado ao IPHAN solicitando autorização para a reforma do imóvel, uma vez que o novo projeto prevê a instalação de uma anti-sala e de um mini-auditório.
(C) O parecer técnico da CPRM indicou que o aquífero está com nível preocupante, o que, por si só, já justificaria a decretação de estado de emergência hídrica pelo prefeito.

- (D) A cooperativa de catadores de material reciclável, que firmou convênio com a COMLURB, foi a única a receber o prêmio de destaque em sustentabilidade, recebendo um troféu e um pingente de ouro.
(E) A Assembléia Legislativa aprovou, em turno único, o projeto que cria a Área de Proteção Ambiental, visando coibir o desmatamento e incentivar a criação de abelhas nativas sem ferrão.

QUESTÃO 05

No período “O Ministério Público – **órgão permanentemente essencial à função jurisdicional do Estado** – promoveu, **na última semana**, uma audiência pública; contudo, a participação popular, **embora esperada**, ficou aquém do desejado.”, o emprego dos sinais de pontuação produz, respectivamente, os seguintes efeitos de sentido ou funções:

- (A) O travessão isola um aposto explicativo com valor adverbial; vírgulas em “na última semana” destacam um adjunto adverbial deslocado; o ponto e vírgula separa orações coordenadas sindéticas adversativas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma conjunção concessiva.
(B) O travessão isola um vocativo com valor substantivo; vírgulas em “na última semana” separam elementos de mesma função sintática; o ponto e vírgula introduz uma oração subordinada adverbial consecutiva; vírgulas em “embora esperada” marcam a elipse do verbo.
(C) O travessão isola um adjunto adverbial intercalado com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” marcam a ênclise obrigatória; o ponto e vírgula separa orações subordinadas substantivas; vírgulas em “embora esperada” indicam a supressão de um termo.
(D) O travessão isola um termo de natureza apositiva com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” destacam uma expressão circunstancial deslocada; o ponto e vírgula separa orações coordenadas assindéticas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adverbial concessiva intercalada.
(E) O travessão isola um termo acessório com valor restritivo; vírgulas em “na última hora” marcam a próclise em locução verbal; o ponto e vírgula separa orações coordenadas conclusivas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 06

Analise as ocorrências da partícula “se” nas seguintes orações:

- I. “Não se trata de uma ação de indenização por danos materiais, mas de obrigação de fazer.”
- II. “Os documentos extraviaram-se durante a tramitação do processo na secretaria.”
- III. “Precisa-se de intérpretes para a audiência com a comunidade indígena.”
- IV. “O réu feriu-se com a própria arma durante a discussão, segundo a perícia.”

As funções da partícula “se” são, respectivamente:

- (A) Parte integrante do verbo, pronome apassivador, índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito, pronome apassivador, partícula de realce e pronome recíproco.
- (C) Conjunção subordinativa integrante, pronome reflexivo, índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo.
- (D) Partícula expletiva, pronome apassivador, conjunção condicional e pronome reflexivo.
- (E) Índice de indeterminação do sujeito, pronome reflexivo, partícula apassivadora e parte integrante do verbo.

QUESTÃO 07

Leia os textos abaixo para responder à questão.

Texto I

*Nasce a manhã, a luz tem cheiro... Ei-la que assoma
Pelo ar sutil... Tem cheiro a luz, a manhã nasce...
Oh sonora audição colorida do aroma!
(Alphonsus de Guimaraens)*

Texto II

*“Querida querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos,
Como são lindos os burgueses”
(Caetano Veloso)*

Texto III

*“Não chorem... que não morreu!
Era um anjinho do céu
Que um outro anjinho chamou!
Era uma luz peregrina,
Era uma estrela divina
Que ao firmamento voou!”
(Alvares de Azevedo)*

Considerando os recursos estilísticos e as figuras de linguagem presentes nos textos, analise as afirmativas:

- I. No Texto I, a expressão "sonora audição colorida do aroma" articula três dimensões sensoriais distintas (som, visão e olfato) em uma mesma imagem, configurando-se, assim, na figura de linguagem sinestesia.
- II. No Texto II, a repetição da estrutura "Como são lindos" caracteriza catáfora, e o emprego do verbo "querer" no infinitivo seguido de "querer gritar" ("Querida querer gritar") cria um vício de linguagem chamado pleonasma vicioso.
- III. No Texto III, a caracterização da criança morta como "anjinho do céu", "luz peregrina" e "estrela divina" constitui uma gradação ascendente de metáforas (alegoria), enquanto a ideia de que "não morreu" porque foi chamada por outro anjo configura um eufemismo para a morte.
- IV. Nos três textos, predomina a função poética da linguagem, evidenciada pelo trabalho estético com as palavras, pelo uso de figuras de linguagem e pela exploração de recursos sonoros e rítmicos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 08

Considerando as normas de concordância verbal e nominal da língua culta e os possíveis problemas de ambiguidade, assinale a alternativa em que a reescrita do trecho abaixo mantenha o sentido original e esteja gramaticalmente **CORRETA**.

“A demora na análise dos processos, segundo alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, o que tem gerado recorrentes reclamações.”

(A) Devem-se à complexidade dos novos sistemas, conforme alegam os contribuintes, a demora na análise dos processos e as recorrentes reclamações geradas.

(B) Os contribuintes alegam que a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, os quais tem gerado recorrentes reclamações.

(C) Segundo os contribuintes, a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, que, recorrentemente, vêm gerando reclamações.

(D) A demora na análise dos processos, alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas e às recorrentes reclamações que têm sido geradas.

(E) A demora na análise dos processos, segundo alegação dos contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, fato que tem gerado recorrentes reclamações.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETA** e respectivamente, as lacunas do texto abaixo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à regência, à crase e à colocação pronominal.

"O relator do projeto de lei orçamentária apresentou _____ comissão _____ emendas que _____ propostas durante a audiência pública, garantindo que _____ analisaria com a devida atenção."

- (A) à / suas / lhe foram / as.
- (B) a / suas / foram-lhe / às.
- (C) à / suas / lhe foram / às.
- (D) a / à / o foram / as.
- (E) à / suas / o foram / às.

QUESTÃO 10

Considere o período abaixo e analise as relações de sentido estabelecidas pelos conectores destacados:

"O magistrado indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal, **porque** considerou as testemunhas arroladas suspeitas para depor no processo, **conforme** jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, **embora** a defesa tenha apresentado contrarrazões robustas argumentando pela idoneidade das testemunhas."

Os conectores destacados estabelecem, no contexto, relações de sentido, respectivamente, de:

(A) Causa, conformidade e oposição.

(B) Causa, comparação e concessão.

(C) Explicação, consequência e condição.

(D) Explicação, conformidade e concessão.

(E) Conclusão, conformidade e proporção.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

A formulação e a execução de políticas públicas envolvem escolhas de prioridades, coordenação entre órgãos e níveis de governo e definição de arranjos para prestação de serviços essenciais. Em contextos municipais amazônicos, a capacidade estatal de integrar saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura se relaciona diretamente com a qualidade de vida e com desigualdades territoriais.

Considerando a atuação estatal no modelo constitucional brasileiro de prestação de serviços públicos e formulação de políticas públicas, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) O Estado tende a exercer papel prioritariamente normativo na definição de políticas, enquanto a execução dos serviços essenciais se organiza como atividade administrativa de rotina. Nesse enquadramento, a qualidade de vida decorre sobretudo da eficiência interna dos órgãos e do ajuste de procedimentos de atendimento.

(B) O Estado tende a atuar como regulador de políticas públicas, com provisão predominante dos serviços essenciais por agentes privados e comunitários. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se relaciona principalmente à liberdade de escolha do usuário e à diversidade de ofertas no território.

(C) O Estado tende a formular e executar políticas públicas por meio de planejamento, coordenação e responsabilização institucional em articulação federativa. Nesse enquadramento, a cobertura e a qualidade de serviços como saúde, educação, assistência, saneamento e infraestrutura influenciam condições de vida, equidade e desenvolvimento social.

(D) O Estado tende a orientar políticas públicas a partir de metas setoriais independentes, com execução baseada em entregas pontuais e baixa necessidade de integração. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se explica majoritariamente por ações emergenciais e por respostas imediatas à demanda.

(E) O Estado tende a se concentrar em formulação estratégica e em transferência de recursos, delegando a execução dos serviços essenciais a redes sociais autônomas. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se consolida pela autogestão comunitária e por arranjos locais de provisão.

QUESTÃO 12

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando a concepção integrada de desenvolvimento sustentável e o papel dos instrumentos públicos de gestão ambiental, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela compatibilização entre conservação e atividades produtivas, com centralidade em medidas de mitigação, compensação e recomposição ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão orientam o uso do território principalmente pelo ajuste de impactos decorrentes da atividade econômica.

(B) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela difusão de práticas produtivas de menor impacto e pela consolidação de padrões setoriais de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão atuam prioritariamente na indução de adesão progressiva e na coordenação de compromissos de uso dos recursos naturais.

(C) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pelo acompanhamento de riscos ambientais e pela adaptação territorial a alterações do regime hídrico, da cobertura vegetal e de eventos recorrentes. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão se concentram na estruturação de respostas locais e estratégias comunitárias de resiliência socioambiental.

(D) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão articulam regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental para orientar práticas e reduzir riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela valorização econômica dos recursos naturais e pela incorporação de inovação produtiva com eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão operam prioritariamente por mecanismos de indução econômica e por arranjos de competitividade regional associados à conservação.

QUESTÃO 13

A ampliação do uso de tecnologias da informação e comunicação tem reconfigurado rotinas de trabalho, padrões de consumo cultural e formas de interação entre cidadãos e instituições.

Nesse cenário, a transformação digital envolve acesso à informação, novos arranjos de serviços e circulação acelerada de conteúdos, produzindo impactos sociais, econômicos e culturais que podem ampliar oportunidades, mas também gerar assimetrias e riscos.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A transformação digital se caracteriza pela substituição integral de processos presenciais por fluxos automatizados, o que tende a uniformizar o acesso à informação e a reduzir assimetrias. Nesse quadro, impactos sociais e culturais decorrem principalmente da padronização tecnológica e da eliminação de intermediários institucionais.

(B) A transformação digital envolve reorganização de processos e serviços, com uso de TICs e ampliação de canais de acesso à informação. Nesse quadro, seus impactos sociais, econômicos e culturais dependem de condições como conectividade, letramento informacional e desenho institucional, podendo tanto reduzir barreiras quanto reforçar desigualdades.

(C) O uso de TICs se estrutura como fenômeno predominantemente técnico, com efeitos concentrados na produtividade econômica. Nesse quadro, impactos sociais e culturais se organizam como externalidades de baixo alcance, e o acesso à informação se define principalmente por disponibilidade de equipamentos.

(D) O acesso à informação no contexto digital se consolida por mecanismos espontâneos de autorregulação de plataformas, que tendem a assegurar neutralidade e equilíbrio informacional. Nesse quadro, os impactos sociais decorrem do aumento da oferta de conteúdo e da multiplicação de canais de comunicação.

(E) A transformação digital se orienta por processos de comunicação centralizados, nos quais a circulação informacional se organiza por fontes institucionais únicas. Nesse quadro, impactos culturais se vinculam à estabilidade de narrativas públicas e à redução de conflitos interpretativos.

QUESTÃO 14

A discussão contemporânea sobre saúde e bem-estar social tem destacado que condições de vida, trabalho, renda, moradia, saneamento, mobilidade e segurança influenciam padrões de adoecimento e possibilidades de prevenção. Em espaços urbanos, a qualidade de vida depende tanto de escolhas individuais quanto de fatores estruturais e de políticas públicas que organizam o território e reduzem vulnerabilidades.

Considerando determinantes sociais da saúde, hábitos saudáveis, prevenção de doenças e segurança/qualidade de vida, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) Determinantes sociais da saúde correspondem principalmente a predisposições individuais e a escolhas de estilo de vida, de modo que prevenção de doenças se organiza por rotinas pessoais. Nesse quadro, segurança urbana atua como fator indireto, com baixa interferência sobre riscos sanitários.

(B) Determinantes sociais da saúde incluem fatores estruturais e territoriais, como renda, educação, trabalho, moradia, saneamento e acesso a serviços. Nesse quadro, hábitos saudáveis e prevenção de doenças se articulam a políticas e condições de segurança e qualidade de vida no espaço social e urbano.

(C) Qualidade de vida urbana se explica por oferta de serviços especializados e por respostas clínicas a agravos, enquanto prevenção de doenças se concentra em ações de curto prazo. Nesse quadro, determinantes sociais têm relevância sobretudo como contexto cultural, com menor relação com desigualdades materiais.

(D) A prevenção de doenças se fundamenta em intervenções tecnológicas e em acesso a informações digitais, enquanto hábitos saudáveis se consolidam por motivação individual. Nesse quadro, determinantes sociais se relacionam ao comportamento coletivo e não influenciam diretamente o funcionamento do ambiente urbano.

(E) Segurança e qualidade de vida no contexto urbano se vinculam prioritariamente à presença de infraestrutura física, enquanto determinantes sociais se concentram em aspectos psicológicos e culturais. Nesse quadro, a prevenção de doenças depende principalmente de campanhas informativas e de autocuidado.

QUESTÃO 15

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas.

Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental se consolida pela manutenção de áreas sensíveis e pela indução de atividades produtivas com foco em recomposição ambiental posterior. Nesse quadro, o desenvolvimento sustentável se organiza por medidas de mitigação e compensação como eixo central de gestão socioambiental.

(B) A sustentabilidade se estrutura pela ampliação de práticas produtivas consideradas de baixo impacto e pela adoção de padrões voluntários de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas públicas atuam como referências gerais de orientação, favorecendo adesão progressiva e ajustes setoriais no uso de recursos naturais.

(C) Os impactos socioambientais se expressam sobretudo por alterações climáticas de escala ampliada e por variações naturais do regime hídrico e da cobertura vegetal. Nesse quadro, políticas de proteção se direcionam à adaptação territorial e ao fortalecimento de respostas comunitárias a eventos ambientais recorrentes.

(D) O desenvolvimento sustentável se compreende pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental incluem instrumentos de regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental, orientando práticas e reduzindo riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental se organiza por valorização econômica de recursos naturais e por incentivos à inovação produtiva, promovendo eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção priorizam mecanismos econômicos de indução, articulando competitividade regional e conservação em bases produtivas modernizadas.

QUESTÃO 16

A economia local e regional pode ser compreendida pela articulação entre atividades predominantes, relação entre setor público e privado, dinâmicas de trabalho e renda e condições estruturais que favorecem ou limitam o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, decisões de investimento, infraestrutura, qualificação e capacidade institucional influenciam a organização produtiva e os efeitos sociais do crescimento.

Considerando essas noções, analise as assertivas abaixo e, a seguir, identifique a alternativa **CORRETA**.

I. As atividades econômicas predominantes de um território tendem a se relacionar com seus recursos disponíveis, sua posição geográfica e sua forma de ocupação, repercutindo em oportunidades de trabalho e renda.

II. O setor público influencia o desenvolvimento regional por meio de políticas, serviços e investimentos, ao passo que o setor privado participa por produção, circulação de bens e serviços e geração de postos de trabalho.

III. A noção de economia local e regional inclui a análise de encadeamentos produtivos, fluxos de renda e circulação de mercadorias e serviços, permitindo compreender desigualdades e potencialidades de desenvolvimento.

IV. O desenvolvimento regional se explica principalmente por crescimento econômico agregado, sendo a distribuição de renda e o acesso a serviços fatores secundários para avaliação de qualidade de vida e bem-estar social.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17

A diversidade cultural brasileira e amazônica se expressa em práticas, símbolos e modos de vida que estruturam identidades regionais e formas de pertencimento.

No âmbito social, o respeito à pluralidade cultural, social e étnica implica reconhecer diferentes matrizes formadoras e enfrentar dinâmicas de exclusão e discriminação que afetam o acesso a direitos e a participação na vida coletiva.

Considerando diversidade cultural, manifestações tradicionais e identidade regional, identifique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A diversidade cultural pode ser compreendida como coexistência de matrizes e práticas sociais distintas, cujas expressões contribuem para identidades regionais e para a construção de sentidos de pertencimento em diferentes grupos.

(B) Manifestações culturais tradicionais funcionam como referências simbólicas e práticas coletivas que preservam memórias sociais e se atualizam no tempo, integrando processos dinâmicos de identidade regional.

(C) O respeito à pluralidade social, cultural e étnica se vincula à valorização de diferentes modos de vida e à promoção de convivência democrática, considerando que identidades se formam por processos históricos e relações sociais.

(D) A identidade regional pode ser compreendida como resultado de interações entre experiências históricas, práticas culturais e relações sociais, expressando continuidades e transformações em um mesmo território.

(E) A pluralidade cultural e étnica se consolida sobretudo por assimilação progressiva de diferenças em padrões culturais majoritários, de modo que a integração social se organiza pela homogeneização de práticas e referências coletivas.

QUESTÃO 18

No cenário econômico nacional amplamente divulgado no início de 2026, destacaram-se a entrada em vigor do novo salário mínimo (R\$ 1.621), a divulgação de inflação mensal de janeiro em 0,33% (com 4,44% no acumulado em 12 meses) e a manutenção da taxa Selic em 15,00% ao ano.

Esse conjunto de informações foi frequentemente apresentado no debate público como base para interpretações sobre renda, preços, crédito e atividade econômica.

Considerando uma leitura contextual de atualidades econômicas, que articula renda, inflação e política monetária, analise as alternativas a seguir e, em seguida, aponte a que está **CORRETA**.

(A) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação nominal do salário mínimo como referência principal de dinamismo da renda, enquanto inflação e taxa básica de juros atuam como parâmetros de ajuste institucional, com efeitos secundários na interpretação das condições de consumo e financiamento.

(B) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação mensal da inflação como referência central de estabilidade de preços, enquanto o acumulado em 12 meses e a taxa básica de juros atuam como parâmetros de acompanhamento, com menor relevância para a análise das expectativas e das condições de crédito.

(C) A leitura do cenário econômico se organiza pela manutenção da taxa básica de juros como referência predominante de coordenação macroeconômica, enquanto renda e inflação corrente atuam como indicadores de acomodação do ciclo, com efeitos derivados sobre consumo e custo de vida.

(D) A leitura do cenário econômico se organiza pela articulação entre renda, inflação e política monetária, de modo que reajuste do salário mínimo, inflação corrente e acumulada e taxa básica de juros componham sinais simultâneos para análise de consumo, crédito, custo de vida e atividade, sem permitir inferência linear a partir de um único indicador.

(E) A leitura do cenário econômico se organiza pela combinação entre renda do trabalho e inflação corrente como eixo de interpretação do poder de compra, enquanto a taxa básica de juros atua sobretudo como referência de política financeira, com incidência indireta sobre a dinâmica cotidiana de preços e decisões de consumo.

QUESTÃO 19

A análise de aspectos gerais do Amapá e de Mazagão, em nível superior, envolve articular localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural e importância regional, relacionando esses elementos à inserção amazônica e ao contexto nacional. Nessa perspectiva, o território não é apenas cenário físico, mas também base para dinâmicas sociais, culturais e econômicas que estruturam o desenvolvimento.

Considerando esse recorte, identifique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A inserção do Amapá no contexto amazônico e nacional pode ser analisada pela articulação entre território, redes naturais e padrões de ocupação, influenciando dinâmicas socioeconômicas e integração regional.

(B) As características socioeconômicas de Mazagão podem ser compreendidas a partir de sua posição no espaço estadual e de suas formas de organização produtiva e social, que se conectam a dinâmicas regionais amazônicas.

(C) A formação histórica e cultural do Amapá e de Mazagão se relaciona a processos de ocupação e constituição identitária, com permanências e transformações que ajudam a explicar referências simbólicas regionais.

(D) A importância regional do Amapá pode ser discutida considerando-se sua participação em dinâmicas amazônicas e sua interação com políticas e fluxos de escala nacional, repercutindo sobre infraestrutura, economia e organização social.

(E) A localização geográfica do Amapá se define pela inserção no centro do território brasileiro, com predominância de eixos terrestres inter-regionais como matriz de integração nacional, o que condiciona a organização socioeconômica de Mazagão no interior estadual.

QUESTÃO 20

A organização político-administrativa do Brasil combina repartição de competências entre entes federativos e mecanismos de participação social, permitindo que cidadãos acompanhem e influenciem a gestão pública por diferentes vias institucionais. Nesse quadro, a cidadania se conecta tanto ao exercício de direitos e deveres quanto ao controle social da Administração Pública.

Considerando essas noções, analise as assertivas a seguir e identifique a alternativa **CORRETA**.

I. A organização político-administrativa do Brasil compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com autonomia assegurada no âmbito constitucional e competências distribuídas entre esferas próprias e compartilhadas.

II. A repartição de competências pode envolver matérias de interesse comum e regimes de atuação coordenada, demandando articulação entre entes federativos na execução de políticas e serviços públicos.

III. A participação social e o controle social se realizam prioritariamente por órgãos estatais de fiscalização, de modo que a atuação cidadã direta tende a assumir papel secundário na dinâmica de acompanhamento da Administração Pública.

IV. O controle social pode ocorrer por instrumentos institucionais e sociais de acompanhamento e cobrança, como instâncias participativas, canais de comunicação com o poder público e mecanismos de transparência e acesso à informação.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 21

Em um sistema de controle de acesso, considere a seguinte condição:

“Sempre que o acesso for liberado, é necessário que o candidato apresente documento oficial com foto e, além disso, assine a lista de presença ou apresente comprovante de agendamento”.

Proposições:

a: o acesso é liberado.

p: o candidato apresenta documento oficial com foto.

q: o candidato assina a lista de presença.

r: o candidato apresenta comprovante de agendamento.

Notação utilizada:

\neg (negação); \wedge (conjunção); \vee (disjunção);

\rightarrow (implicação).

Considere as proposições acima e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) $a \rightarrow ((p \wedge q) \vee r)$.

(B) $a \rightarrow (p \wedge (q \vee r))$.

(C) $(a \rightarrow p) \wedge (q \vee r)$.

(D) $(p \wedge (q \vee r)) \rightarrow a$.

(E) $a \rightarrow (p \vee (q \wedge r))$.

QUESTÃO 22

Considere as proposições simples “p” e “q” e a proposição composta:

$P = (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$.

Considerando a lógica proposicional clássica, analise as alternativas quanto à equivalência lógica de P, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) P é logicamente equivalente a $(p \vee q)$.

(B) P é logicamente equivalente a $(p \wedge q)$.

(C) P é logicamente equivalente a $(\neg p \vee q) \wedge (\neg q \vee p)$.

(D) P é logicamente equivalente a $(p \rightarrow q)$.

(E) P é logicamente equivalente a $\neg(p \leftrightarrow q)$.

QUESTÃO 23

Durante uma reunião de planejamento, um coordenador afirmou:

“Conversei com dois servidores do setor de protocolo e ambos disseram que não gostam de mudanças. Portanto, os servidores desta instituição resistem a qualquer mudança.”

De acordo com a teoria da argumentação, analise o raciocínio apresentado, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O argumento incorre em generalização apressada.

(B) O argumento incorre em falso dilema.

(C) O argumento incorre em ad hominem.

(D) O argumento incorre em petição de princípio.

(E) O argumento incorre em apelo à autoridade.

QUESTÃO 24

Em uma conferência de 260 documentos administrativos digitalizados, foram identificadas três possíveis inconsistências:

A: documento com assinatura ausente.

B: documento com data incompleta.

C: documento com página ilegível.

Sabe-se que:

$n(A) = 150$.

$n(B) = 130$.

$n(C) = 110$.

$n(A \text{ interseção } B) = 65$.

$n(A \text{ interseção } C) = 58$.

$n(B \text{ interseção } C) = 49$.

$n(A \text{ interseção } B \text{ interseção } C) = 22$.

Com base nesses dados, determine a quantidade de documentos que apresentam exatamente duas inconsistências, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 84.

(B) 94.

(C) 128.

(D) 150.

(E) 106.

QUESTÃO 25

Considere a sequência numérica a seguir:

2, 6, 7, 21, 22, 66, ___

Observando a regularidade do padrão apresentado, determine o próximo termo da sequência, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 68.

(B) 69.

(C) 70.

(D) 67.

(E) 72.

QUESTÃO 26

Um sistema de protocolo gera códigos de 4 caracteres utilizando apenas os algarismos 0 a 9, sem repetição de dígitos. Por regra, o código não pode começar com 0 (zero) e deve terminar com um dígito par.

Considere que o dígito 0 (zero) é permitido na última posição.

Determine o número total de códigos possíveis, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 2.160.
- (B) 2.296.
- (C) 2.520.
- (D) 2.880.
- (E) 3.024.

QUESTÃO 27

Em uma caixa há 12 envelopes de habilitação, sendo:

- 8 envelopes com documentação completa (C).
- 4 envelopes com documentação incompleta (I).

Dois envelopes são retirados sucessivamente, ao acaso, sem reposição.

Com base nessas informações, determine a probabilidade de que seja retirado pelo menos um envelope com documentação incompleta (I), e em seguida, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 14/33.
- (B) 8/33.
- (C) 5/11.
- (D) 1/3.
- (E) 19/33.

QUESTÃO 28

Um contrato anual de prestação de serviços tinha valor inicial de R\$ 125.000,00. No período seguinte, foi aplicado um reajuste de 12% e, posteriormente, foi concedido um desconto de 5% sobre o valor já reajustado.

Com base nessas informações, determine o valor final do contrato após o reajuste e o desconto, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) R\$ 131.250,00.
- (B) R\$ 132.500,00.
- (C) R\$ 133.000,00.
- (D) R\$ 133.500,00.
- (E) R\$ 134.000,00.

QUESTÃO 29

No plano cartesiano, considere o ponto "P" de coordenadas (3, -2). Sobre esse ponto, são aplicadas, nesta ordem, as seguintes transformações:

1. Uma translação T que leva (x, y) em (x - 4, y + 5).
2. Uma rotação de 90° no sentido horário em torno da origem.

Com base nessas informações, determine as coordenadas do ponto final obtido após as duas transformações, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) (3, 1).
- (B) (3, -1).
- (C) (-3, 1).
- (D) (-3, -1).
- (E) (1, 3).

QUESTÃO 30

O quadro a seguir apresenta a quantidade de processos concluídos por três setores, em dois meses consecutivos.

| SETOR | JANEIRO | FEVEREIRO |
|---------|---------|-----------|
| Setor A | 90 | 110 |
| Setor B | 70 | 90 |
| Setor C | 40 | 50 |

Com base nos dados apresentados, determine a variação percentual do total de processos concluídos em FEVEREIRO em relação a JANEIRO e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 18%.
- (B) 20%.
- (C) 22%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Em razão de demanda superior à oferta, a prefeitura instituiu critérios para priorização de atendimento em um serviço público municipal de alta procura (com vagas/atendimentos limitados), devendo justificar a medida à luz de cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade.

Considerando os fundamentos constitucionais e a distinção entre igualdade material e tratamento arbitrário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A priorização baseada na regularidade fiscal do usuário e no histórico de contribuição tributária ao ente local expressa um critério de cidadania ativa, produzindo igualdade na medida em que alinha precedência no serviço à participação no financiamento coletivo.

(B) A priorização baseada em vulnerabilidade objetivamente mensurada, com regras públicas, motivação e possibilidade de revisão administrativa, compatibiliza dignidade e igualdade ao admitir diferenciação razoável orientada ao interesse público.

(C) A priorização baseada no tempo de residência no município e no vínculo político-administrativo do requerente, concretiza cidadania e igualdade por reconhecer o pertencimento territorial como parâmetro central, relegando critérios socioeconômicos a função complementar.

(D) A priorização baseada em indicação comunitária (conselhos locais, lideranças ou representação territorial), formalizada em procedimento padronizado, concretiza dignidade e igualdade por substituir critérios socioeconômicos por reconhecimento social, reduzindo risco de favorecimento.

(E) A priorização baseada em sorteio entre todos os cadastrados, por assegurar tratamento idêntico aos interessados, traduz de modo típico a igualdade material e preserva dignidade ao evitar qualquer diferenciação entre situações sociais distintas.

QUESTÃO 32

Para enfrentar conflitos recorrentes de uso do espaço urbano (ruído, eventos, comércio ambulante e ocupações temporárias), a prefeitura passou a editar atos normativos e praticar atos concretos de poder de polícia, disciplinando horários, exigindo autorizações para certas atividades e aplicando medidas administrativas.

Considerando os limites constitucionais à restrição de direitos fundamentais, a legalidade, a proporcionalidade e a motivação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atuação municipal de poder de polícia pode impor condicionamentos ao uso de bens públicos e ao exercício de atividades em espaços urbanos, desde que o faça com base em competência administrativa legítima, finalidade pública definida e medidas proporcionais ao risco que se pretende mitigar.

(B) A restrição administrativa de direitos no espaço urbano demanda motivação que explicita a finalidade, o nexo com a situação regulada e a adequação do meio empregado, permitindo controle posterior de legalidade e de eventual desvio de finalidade, sem transformar discricionariedade em arbítrio.

(C) A exigência de autorização prévia para determinados eventos em praças e vias pode ser compatível com direitos fundamentais quando estruturada por critérios objetivos, prazos e procedimentos, funcionando como mecanismo de gestão do uso do bem público, e não como filtro de conteúdo ou de orientação do ato.

(D) A aplicação de medidas administrativas imediatas (como interdição de atividade irregular ou apreensão de equipamentos) pode ocorrer no âmbito do poder de polícia quando houver disciplina normativa e proporcionalidade na providência, assegurando-se, em seguida, via adequada de impugnação e revisão administrativa.

(E) A prefeitura pode, por decreto, instituir diretamente limites gerais de uso do espaço público e sanções administrativas correspondentes, ainda que não exista disciplina legal municipal específica sobre a matéria, desde que a motivação aponte a proteção da ordem urbana e a medida seja apresentada como proporcional.

QUESTÃO 33

Uma prefeitura pretende: (i) editar norma de posturas urbanas (ruído, ocupação de calçadas, horários e requisitos procedimentais para eventos), (ii) ajustar regras de licenciamento urbanístico e (iii) reforçar ações de vigilância sanitária e fiscalização ambiental urbana, com previsão de sanções administrativas e procedimentos de revisão.

De acordo com a CF/88 e da repartição de competências (competência material vs legislativa; competência comum vs concorrente; normas gerais vs suplementação/interesse local), analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente (atuação comum) e, no plano legislativo, editar normas de interesse local e suplementares para posturas, uso do solo e procedimentos fiscalizatórios, inclusive com sanções administrativas, desde que observe devido processo e não contrarie parâmetros gerais fixados por normas superiores.

(B) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, na ausência de normas gerais federais prévias, editar disciplina com alcance de norma geral setorial para estruturar integralmente a política local, desde que a regra seja aplicável apenas no território municipal e esteja motivada no interesse público.

(C) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, mas sua competência legislativa em matéria concorrente pressupõe norma geral federal e norma suplementar estadual anteriores, de modo que, sem disciplina estadual específica, o município atua predominantemente por atos administrativos e não por lei local.

(D) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, em razão da sua autonomia administrativa, está autorizado a dispensar o licenciamento ambiental definido em lei estadual ou federal, estabelecendo, por lei local, que atividades de impacto relevante fiquem sujeitas apenas à fiscalização discricionária do prefeito.

(E) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, e pode editar posturas urbanas, mas a previsão de sanções administrativas com efeitos imediatos deve ser tratada como matéria legislativa típica de nível superior, razão pela qual a disciplina municipal se limita a orientações e recomendações, sem estruturar um regime sancionatório próprio.

QUESTÃO 34

No âmbito municipal, a organização do Estado e a separação de funções impõem distinções entre controle (fiscalização, auditoria, monitoramento) e gestão (execução administrativa).

Considerando as funções institucionais no município e os mecanismos de controle recíproco, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Controle e gestão são funções complementares: o órgão de controle, ao identificar impropriedades, pode assumir atos executórios para assegurar continuidade e eficiência, pois a finalidade pública autoriza a transição do controle para a execução quando houver risco de dano ao interesse coletivo.

(B) Controle e gestão se diferenciam por enfoque: o controle tem natureza técnica e, por isso, pode emitir comandos vinculantes sobre procedimentos de execução, inclusive determinando escolhas administrativas, desde que fundamente suas ordens em critérios de eficiência e economicidade.

(C) Controle e gestão são funções distintas: o controle acompanha, verifica e recomenda, enquanto a gestão decide e executa. O controle pode indicar impropriedades e requerer informações, mas não substitui o gestor na prática de atos administrativos, permanecendo a execução sujeita a responsabilização e controle posterior.

(D) Controle e gestão se diferenciam por temporalidade. O controle opera preferencialmente a posteriori, quando ocorre de forma concomitante, perde neutralidade e, por isso, deve se abster de requisitar informações durante a execução, limitando-se a relatórios finais.

(E) Controle e gestão se diferenciam por competência: a gestão detém a titularidade do ato administrativo e, por isso, pode modular o fornecimento de dados e documentos ao controle conforme juízo de conveniência, preservando discricionariedade e autonomia decisória do órgão executor.

QUESTÃO 35

De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (LIMPE) — e da ideia de juridicidade como atuação conforme o ordenamento jurídico em sentido amplo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A legalidade administrativa vincula a atuação estatal à lei e ao direito; em especial, a Administração exerce competências delimitadas, devendo agir com fundamento normativo e finalidade pública, sob controle de legalidade.

(B) A impessoalidade orienta a atuação administrativa para fins públicos, vedando favorecimentos e perseguições, e também funciona como parâmetro para aferir promoção pessoal indevida, inclusive em atos e comunicações institucionais.

(C) A moralidade administrativa exige probidade, lealdade e boa-fé no exercício da função pública, operando como critério jurídico de validade do ato, ainda que o ato seja formalmente legal.

(D) A eficiência autoriza a Administração a afastar exigências legais e procedimentais sempre que elas imponham custos ou atrasos, desde que a decisão seja motivada no interesse público e na necessidade de entrega de resultados.

(E) A publicidade assegura transparência e controle social dos atos administrativos, admitindo formas e limites definidos pelo ordenamento, especialmente quando envolvam sigilos legítimos e proteção de dados.

QUESTÃO 36

O controle da Administração Pública pode ocorrer por diferentes vias, envolvendo mecanismos internos, externos, judiciais e também participação social, cada qual com escopo próprio.

Considerando limites entre controle de legalidade e controle de mérito administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O controle pode examinar conformidade do ato com o ordenamento e, conforme o caso, apontar irregularidades. O controle judicial tende a incidir sobre juridicidade e não substitui escolhas de conveniência e oportunidade, salvo quando houver violação de parâmetros jurídicos.

(B) O controle externo se concentra em resultados e eficiência e, por isso, pode substituir a decisão administrativa por outra considerada superior, sempre que a avaliação técnica indicar alternativa mais vantajosa ao interesse público.

(C) O controle interno se limita a registrar atos e arquivar documentos, pois a análise de procedimentos e a verificação de falhas caracterizam interferência indevida na gestão e comprometem a separação funcional.

(D) O controle judicial se orienta à melhor solução administrativa e, por isso, pode redefinir prioridades de políticas públicas sempre que houver divergência técnica sobre o caminho mais eficiente.

(E) O controle social é incompatível com a Administração Pública, pois transparência e acesso à informação não se relacionam com controle, mas apenas com divulgação institucional de atos já concluídos.

QUESTÃO 37

No serviço público municipal, agentes públicos estão sujeitos a deveres funcionais, vedações e padrões de integridade, com atenção a conflito de interesses e à probidade administrativa. Considerando esses conceitos em nível geral, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A integridade funcional admite que o agente utilize informações internas não públicas para orientar decisões pessoais, desde que não haja prejuízo direto ao erário, pois a vedação relevante recai apenas sobre o recebimento de vantagem indevida.

(B) O conflito de interesses exige prova de vantagem efetiva obtida pelo agente; na ausência de benefício comprovado, não há risco à integridade, sendo irrelevante a aparência de parcialidade ou a proximidade com interessados.

(C) A probidade administrativa está relacionada ao dever de agir com honestidade e lealdade às finalidades públicas; por isso, situações que comprometam imparcialidade podem demandar medidas preventivas para proteger a confiança na decisão pública.

(D) Dever funcional e ética pública se limitam ao cumprimento literal de normas internas; escolhas que suscitem dúvida sobre imparcialidade são matérias exclusivamente privadas, salvo quando houver denúncia formal e instauração de processo disciplinar.

(E) A atuação em atendimento ao público é campo livre de conflitos, pois a decisão é rotineira; assim, o agente pode privilegiar pedidos de pessoas conhecidas, desde que também atenda os demais, preservando a aparência de cordialidade e eficiência.

QUESTÃO 38

No Direito Administrativo, a validade do ato administrativo é analisada à luz de seus elementos clássicos (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) e da distinção entre vício e mérito administrativo. Considerando especialmente a diferença entre vício de finalidade (desvio) e vício de motivo/objeto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O vício de finalidade ocorre quando o agente atua fora do interesse público, e pode ser tratado como questão de mérito, pois envolve a conveniência da decisão; por isso, sua correção é feita por revogação, e não por invalidação.

(B) O vício de finalidade se caracteriza quando o ato, embora formalmente adequado, é praticado com propósito diverso do previsto em lei, como favorecimento ou perseguição; nesse caso, não se trata de mero mérito, mas de ilegalidade por desvio de finalidade.

(C) O vício de motivo está presente quando a Administração escolhe uma alternativa menos eficiente entre opções lícitas; por isso, a invalidação do ato decorre do controle de mérito, sempre que demonstrada superioridade técnica de outra decisão.

(D) O vício de objeto ocorre quando a motivação apresentada é insuficiente ou genérica; nesses casos, o defeito reside na falta de fundamentação, que é componente do mérito e pode ser suprido por justificativa posterior sem repercussão sobre a validade.

(E) O vício de motivo e o vício de finalidade se confundem, pois ambos dizem respeito às razões do administrador; assim, a distinção é apenas terminológica e não altera o regime de controle e correção do ato.

QUESTÃO 39

No regime jurídico dos atos administrativos, o desfazimento pode ocorrer por anulação ou por revogação, com fundamentos e efeitos distintos.

Considerando a diferença entre ilegalidade e conveniência/oportunidade, bem como os efeitos sobre situações concretas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A anulação decorre de conveniência e oportunidade e se aplica quando o ato não é mais útil ao interesse público. A revogação decorre de ilegalidade e é o meio adequado para corrigir vícios de competência, finalidade, forma, motivo ou objeto.
- (B) A anulação e a revogação são modalidades equivalentes de desfazimento, diferenciando-se apenas pelo órgão que as pratica; seus efeitos temporais são idênticos, pois qualquer desfazimento impede que o ato produza efeitos desde a origem.
- (C) A revogação é aplicável tanto a atos legais quanto ilegais, pois a Administração pode optar por desfazer o ato por razões de mérito ou de juridicidade. A anulação, por sua vez, é reservada a hipóteses em que exista prejuízo financeiro mensurável.
- (D) A revogação produz efeitos necessariamente retroativos, pois desfaz o ato desde a origem. A anulação, por corrigir ilegalidade, pode produzir efeitos apenas para o futuro, preservando integralmente os efeitos anteriores do ato.
- (E) A anulação decorre de ilegalidade e, em regra, opera *ex tunc*. A revogação decorre de conveniência e oportunidade e, em regra, opera *ex nunc*, admitida preservação excepcional de efeitos por segurança jurídica.

QUESTÃO 40

No âmbito municipal, a transparência administrativa envolve transparência ativa e passiva, mecanismos de controle social e limites decorrentes de proteção de dados pessoais e hipóteses legais de sigilo.

Considerando esse equilíbrio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A transparência ativa se concretiza pela divulgação proativa de informações de interesse coletivo, com atualização, linguagem acessível e meios de consulta que viabilizem acompanhamento de receitas, despesas, contratos e resultados.

(B) A transparência passiva pressupõe resposta motivada a pedidos de informação, com indicação de providências adotadas e possibilidade de revisão, inclusive quando a informação já estiver disponível por outro meio oficial.

(C) Em documentos que contenham dados pessoais, é possível compatibilizar publicidade e proteção de dados por meio de tarja/anonimização e fornecimento parcial, preservando o conteúdo necessário ao controle social.

(D) Em documentos que contenham dados pessoais, o tratamento adequado é o indeferimento integral do acesso, pois a proteção de dados prevalece sobre a transparência, cabendo o fornecimento apenas mediante decisão judicial específica.

(E) A restrição de acesso por sigilo pode ocorrer quando houver hipótese legal pertinente, devendo ser justificada, limitada ao necessário e estruturada de modo a preservar, sempre que viável, o acesso ao conteúdo não protegido.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 41

Uma equipe técnica municipal elaborou Nota Técnica para subsidiar escolhas na LDO entre ampliação de vagas em creche, atenção básica em saúde e mobilidade urbana.

Considerando as distinções entre Economia positiva vs. normativa e entre Microeconomia vs. Macroeconomia (no uso analítico aplicado ao setor público), analise as alternativas a seguir e assinale a que está **INCORRETA**.

(A) Uma afirmação é tipicamente positiva quando descreve relações passíveis de verificação empírica (ainda que com incerteza), ao passo que enunciados com termos como “mais justo”, “preferível” ou “deve” tendem a ser normativos, por envolverem juízo de valor.

(B) No contexto municipal, análises sobre demanda agregada local, nível de atividade e efeitos fiscais (resultado, financiamento) costumam ser tratadas como macroeconômicas, mesmo que o recorte seja um município, por envolverem agregados e condições de financiamento.

(C) Estimativas de impacto em um grupo elegível (por exemplo, “ampliar vagas em creche reduz a probabilidade de abandono escolar entre crianças 0–3”) são, em regra, formulações microeconômicas e positivas, pois tratam de comportamento/resultado de um público específico e podem ser avaliadas por métodos empíricos.

(D) Afirmações do tipo “se a tarifa subir e a elasticidade-preço for negativa e alta em módulo, então o número de viagens tende a cair” são microeconômicas e positivas, por se apoiarem em relações de demanda e no raciocínio *ceteris paribus*.

(E) Quando uma Nota Técnica defende que é “mais justo direcionar recursos primeiro às famílias de menor renda”, trata-se de afirmação positiva, pois a referência à renda torna o enunciado descritivo; além disso, por envolver orçamento público, a classificação correta é macroeconômica, independentemente do conteúdo do argumento.

QUESTÃO 42

Uma prefeitura avalia dois reajustes de preços para serviços urbanos, usando estimativas de elasticidade-preço da demanda no curto prazo.

Considere que, para pequenas variações, a elasticidade-preço indica que a variação percentual na quantidade demandada é aproximadamente igual à elasticidade multiplicada pela variação percentual no preço.

Considere ainda que a arrecadação resulta de preço unitário multiplicado pela quantidade demandada (por exemplo: tarifa \times n° de viagens pagas; preço da hora \times n° de horas utilizadas).

Situação A — Transporte público: tarifa reajustada em 10%; elasticidade-preço da demanda $\epsilon = -0,4$.

Situação B — Estacionamento rotativo: preço da hora reajustado em 20%; elasticidade-preço da demanda $\epsilon = -1,5$.

Com base nas informações, assinale a alternativa **CORRETA** quanto ao efeito esperado sobre a arrecadação em cada situação.

(A) Em A, a arrecadação diminui; em B, a arrecadação aumenta.

(B) Em A, a arrecadação aumenta; em B, a arrecadação diminui.

(C) Em A, a arrecadação aumenta; em B, a arrecadação aumenta.

(D) Em A, a arrecadação diminui; em B, a arrecadação diminui.

(E) Em A, a arrecadação permanece constante; em B, a arrecadação permanece constante.

QUESTÃO 43

No âmbito de políticas urbanas e ambientais, uma prefeitura avalia medidas para aprimorar a provisão e a regulação de certos serviços e recursos.

À luz de falhas de mercado, bens públicos, externalidades, assimetria de informação e das categorias: bem público; bem de clube e; recurso comum, analise as assertivas abaixo e, a seguir, indique a alternativa **CORRETA**.

I. A iluminação pública de vias é um exemplo típico de bem público, pois, em geral, apresenta não rivalidade no consumo e não exclusão de usuários.

II. Em áreas urbanas sujeitas a alagamentos, o sistema de drenagem pluvial pode gerar externalidades positivas quando ampliado, pois reduz danos a terceiros; nesse caso, subsídios ou provisão pública direta podem ser instrumentos economicamente justificáveis.

III. O acesso a vias públicas em horários de pico constitui, em essência, um bem de clube, pois é rival (congestionamento) e facilmente excludente sem necessidade de mecanismos de cobrança ou controle.

IV. Em um município litorâneo, a captura excessiva de peixes em área de livre acesso tende a caracterizar um recurso comum (*common-pool resource*), no qual há rivalidade e baixa excludibilidade, podendo requerer regras de uso, monitoramento e sanções para mitigar a “tragédia dos comuns”.

(A) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 44

Uma prefeitura pretende estruturar e fiscalizar um contrato de concessão/PPP para prestação de serviço público (por exemplo: saneamento, iluminação pública ou transporte coletivo).

Considere os fundamentos de estruturas de mercado, poder de mercado, regulação econômica e assimetria de informação (seleção adversa e risco moral), e assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Em serviços com características de monopólio natural, é comum a adoção de regulação voltada a mitigar o poder de mercado, combinando regras de tarifas com padrões de qualidade, metas de expansão e mecanismos de revisão periódica.

(B) Em contratos de concessão/PPP, a seleção adversa pode ocorrer quando o poder concedente não observa adequadamente a capacidade técnica-financeira dos licitantes, elevando o risco de escolher uma proponente que aparenta eficiência, mas não consegue entregar o nível de serviço pactuado.

(C) O risco moral pode surgir quando, após a assinatura do contrato, o concessionário reduz esforço ou posterga manutenção para elevar lucro, explorando a dificuldade da prefeitura em observar perfeitamente custos, qualidade e condições operacionais do serviço.

(D) A fixação de um teto tarifário é, por si só, suficiente para garantir eficiência econômica e qualidade adequada do serviço, ainda que não existam indicadores de desempenho, rotinas de monitoramento e penalidades contratuais.

(E) A regulação por incentivos (por exemplo, associando parte da remuneração a indicadores de desempenho) pode reduzir problemas informacionais, mas requer métricas bem definidas para evitar distorções e comportamento oportunista.

QUESTÃO 45

Uma equipe de planejamento de uma prefeitura está elaborando um diagnóstico socioeconômico com base em PIB municipal, VAB setorial, renda per capita e séries em valores nominais e reais, para subsidiar prioridades do PPA.

Considerando o significado e o uso analítico desses indicadores, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O PIB municipal sintetiza o valor gerado no território e, por representar a base econômica local, constitui uma medida diretamente associada à capacidade de financiamento do município, permitindo inferências imediatas sobre a arrecadação.

(B) A variação do PIB nominal registra mudanças de quantidades e preços e, por expressar crescimento do valor monetário produzido, permite inferir melhora do bem-estar médio dos residentes como leitura agregada do desempenho local.

(C) O PIB per capita e a renda per capita funcionam como medidas equivalentes do fluxo econômico dos residentes, pois ambos consolidam a renda disponível das famílias no território, já incorporando efeitos de impostos e transferências.

(D) Para comparar a trajetória do PIB municipal ao longo do tempo, a leitura em valores nominais mantém consistência com registros monetários correntes, de modo que o ajuste por inflação atua apenas como refinamento metodológico.

(E) O VAB setorial discrimina o valor adicionado por ramos de atividade e apoia a leitura da estrutura produtiva; sua expansão, contudo, pode coexistir com estabilidade da arrecadação municipal, que é determinada pela incidência tributária local e pelo arranjo federativo de receitas.

QUESTÃO 46

Uma prefeitura observa sinais de desaceleração econômica: queda no volume de serviços contratados localmente, arrefecimento do mercado imobiliário e aumento da procura por atendimentos na rede socioassistencial.

Considerando ciclos econômicos, inflação, desemprego e seus efeitos sobre finanças públicas subnacionais, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Em fases de retração, é comum que receitas sensíveis a transações, como ISS e ITBI, arrefeçam, ao mesmo tempo em que cresce a pressão por gastos associados à vulnerabilidade social; além disso, a leitura do desemprego se beneficia de distinguir componentes cíclicos e estruturais.

(B) Em fases de retração, é comum que receitas sensíveis a transações, como ISS e ITBI, arrefeçam, mas a inflação tende a preservar integralmente o poder de compra da arrecadação no mesmo período, o que reduz a necessidade de contingenciamento.

(C) Em fases de retração, a arrecadação do ITBI tende a manter estabilidade relativa por depender de base patrimonial, enquanto o ISS é mais volátil; por isso, a maior parte do efeito do ciclo se manifesta no lado da despesa, não da receita.

(D) Em fases de retração, a elevação do desemprego decorre predominantemente de fatores estruturais, de modo que ações de curto prazo focadas em intermediação e qualificação têm baixa relevância para a dinâmica local, quando comparadas a medidas de longo prazo.

(E) Em fases de retração, a queda de atividade reduz de forma relevante a arrecadação, mas a distinção entre desemprego cíclico e estrutural tem papel limitado, pois ambos respondem de forma semelhante a políticas locais de emprego e renda.

QUESTÃO 47

No âmbito da gestão pública municipal, decisões sobre expansão de serviços, subsídios e regulação costumam ser justificadas pelas funções econômicas do governo.

Considerando as funções alocativa, distributiva e estabilizadora, bem como limites institucionais e de coordenação federativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A expansão de saneamento e iluminação pública se vincula à função estabilizadora por atuar sobre a demanda agregada local; nesse enquadramento, o município tende a reproduzir, em escala territorial, instrumentos de estabilização econômica, com impacto similar ao de políticas monetária e cambial sobre o ciclo.

(B) Um subsídio tarifário ao transporte coletivo se justifica sobretudo por função alocativa, ao alterar preços relativos e induzir eficiência do sistema; nesse enquadramento, os efeitos distributivos são secundários, e a estabilização decorre principalmente do reequilíbrio operacional e do nível de serviço ofertado.

(C) A ampliação de creches e da atenção básica expressa função alocativa (expansão de provisão) com efeitos distributivos (acesso e focalização); a função estabilizadora é tipicamente macro, cabendo ao município contribuição complementar via investimento e continuidade de serviços, sob restrições fiscais e coordenação federativa.

(D) A provisão direta de saúde e educação caracteriza função alocativa, pois organiza a oferta de bens e serviços públicos; no enquadramento distributivo, o efeito relevante se concentra, de forma circunscrita, no sistema tributário e nas transferências, enquanto a política municipal atua majoritariamente sobre cobertura e qualidade do atendimento.

(E) A regulação de serviços concedidos se enquadra prioritariamente como função distributiva, por influenciar a repartição de excedentes entre usuários e prestadores; nesse enquadramento, a dimensão alocativa aparece como componente instrumental, ligada a metas contratuais e ao desenho de incentivos operacionais.

QUESTÃO 48

No debate sobre política tributária municipal, a equipe econômica de uma prefeitura analisa propostas envolvendo IPTU, ISS e taxas.

Considerando equidade; progressividade/regressividade; eficiência e; a distinção entre incidência legal e incidência econômica, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A incidência legal indica quem é formalmente responsável pelo recolhimento do tributo, enquanto a incidência econômica se relaciona a quem suporta o ônus após ajustes em preços, salários ou retornos, podendo divergir do contribuinte legal.

(B) A progressividade do IPTU pode ser discutida em termos de alíquotas e base de cálculo; contudo, o efeito distributivo observado depende também da qualidade do cadastro imobiliário, da planta genérica de valores e da capacidade de cobrança.

(C) Um aumento de ISS sobre serviços com demanda pouco sensível a preço tende a gerar maior repasse para consumidores, aproximando a incidência econômica do usuário final, ainda que o contribuinte legal seja o prestador do serviço.

(D) Taxas podem ser usadas como instrumento de arrecadação geral, pois sua base econômica é semelhante à de impostos e sua finalidade principal é ampliar a flexibilidade orçamentária da prefeitura independentemente de vinculação a serviço específico.

(E) Um tributo pode ser “progressivo no desenho” e, ainda assim, produzir efeitos regressivos em determinados mercados, caso ocorra repasse relevante para preços de bens/serviços consumidos proporcionalmente mais por famílias de menor renda.

QUESTÃO 49

Uma prefeitura avalia sua estratégia fiscal e o planejamento de serviços contínuos (saúde, educação, limpeza urbana), considerando que parcela relevante de suas receitas provém de transferências intergovernamentais.

À luz do federalismo fiscal, da repartição de competências e dos incentivos associados às transferências, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) O desequilíbrio vertical reflete diferenças de capacidade fiscal entre municípios; o desequilíbrio horizontal expressa o descompasso entre atribuições de gasto e capacidade arrecadatória entre níveis de governo e; a dependência de transferências tende a ser neutra para incentivos ao esforço arrecadatório local.

(B) O desequilíbrio vertical expressa, em geral, o descompasso entre atribuições de gasto e capacidade de arrecadação entre níveis de governo; o desequilíbrio horizontal reflete diferenças de capacidade fiscal entre municípios e; a dependência de transferências pode afetar planejamento e incentivos, a depender do desenho institucional.

(C) O desequilíbrio vertical e o horizontal descrevem o mesmo fenômeno sob denominações distintas; por isso, transferências visam principalmente estabilizar receitas no ciclo econômico, sem relação direta com equalização entre municípios.

(D) O desequilíbrio horizontal é resolvido predominantemente por tributos próprios municipais; já o desequilíbrio vertical decorre da gestão local de despesas obrigatórias, sendo pouco influenciado por regras de partilha e transferências intergovernamentais.

(E) Transferências intergovernamentais ampliam previsibilidade e, por esse motivo, eliminam incentivos à substituição entre receita própria e transferida; desse modo, a dependência de transferências tende a reduzir vulnerabilidade do planejamento municipal em choques macroeconômicos.

QUESTÃO 50

Durante a elaboração do orçamento anual, a equipe econômica de uma prefeitura avalia a sustentabilidade fiscal diante de pressões de reajuste salarial, expansão de custeio e necessidade de manter investimentos e serviços essenciais.

Considerando resultado primário e nominal, distinção entre despesas obrigatórias e discricionárias e a diferença entre variáveis de fluxo e de estoque, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Um superávit nominal significa que a prefeitura alcançou equilíbrio fiscal completo, pois incorpora o pagamento de juros e, por isso, assegura que o estoque de obrigações financeiras não se eleve em exercícios subsequentes.

(B) A elevação de despesas obrigatórias tende a ampliar a margem de escolha do gestor, pois desloca a necessidade de contingenciamento para itens discricionários, preservando investimentos e manutenção como itens não afetados por ajustes.

(C) A avaliação fiscal deve priorizar variáveis de estoque, pois resultados anuais são apenas registros contábeis; assim, o comportamento do resultado primário é secundário para decidir sobre reajustes de custeio e pessoal no orçamento.

(D) A separação entre fluxo e estoque é pouco relevante na prática municipal, pois a execução orçamentária anual já incorpora integralmente compromissos assumidos e pagamentos futuros, tornando equivalentes a análise do resultado e a análise da dívida.

(E) Um superávit primário indica que as receitas superaram as despesas não financeiras no exercício e pode reduzir a necessidade de endividamento no período, mas a avaliação da solvência exige considerar também o custo financeiro, obrigações acumuladas e a trajetória do estoque de dívida.

QUESTÃO 51

Ao preparar um pacote de políticas para o ciclo do PPA, uma prefeitura realizou um diagnóstico sintético de quatro frentes: (i) mobilidade: congestionamento concentrado em horários de pico e em eixos específicos, com custo social associado a tempo e emissões; (ii) habitação: déficit concentrado em famílias de baixa renda, com restrição de oferta em áreas com infraestrutura; (iii) saúde preventiva: baixa adesão a ações de prevenção com barreiras de acesso (horário, deslocamento e fila); (iv) microempreendedor local: baixa formalização e produtividade, com custo de conformidade e dificuldade de acesso a mercados e crédito. Considerando a coerência entre instrumento, mecanismo de incentivo e capacidade de implementação municipal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Para mobilidade, a prefeitura combina gestão de demanda (regras e fiscalização no pico) com sinalização por preço em uso do espaço viário quando aplicável e reforço de oferta de transporte coletivo, buscando reduzir externalidades de congestionamento com metas verificáveis.

(B) Para habitação, a prefeitura adota focalização explícita (critérios e cadastro) e instrumentos que ampliem oferta em áreas servidas (regras urbanísticas e indução do uso do solo), articulando subsídio ao público-alvo com condicionantes de execução.

(C) Para saúde preventiva, a prefeitura integra instrumentos informativos (convocação e lembretes) a ajustes operacionais (horários, equipes e fluxo), tratando adesão como resultado de informação e de custos de acesso ao serviço.

(D) Para microempreendedor local, a prefeitura prioriza renúncia ampla de tributos municipais para o conjunto do setor de serviços, tratando a redução generalizada de carga como mecanismo central para elevar formalização e produtividade, independentemente de desenho de público-alvo.

(E) Para as quatro frentes, a prefeitura explicita a cadeia meio-fim (insumo–produto–resultado), define indicadores e combina instrumentos quando necessário, evitando que a escolha dependa apenas de uma única alavanca (gasto, regulação, tributo ou informação).

QUESTÃO 52

Uma prefeitura pretende decidir entre alternativas para reduzir filas na atenção básica, avaliando três opções: (i) ampliar horário de atendimento em UBS; (ii) implementar teleatendimento para demandas de baixa complexidade; (iii) reforçar triagem e fluxo com reorganização de equipes.

A equipe de planejamento discute se deve aplicar análise custo-benefício (ACB) ou análise custo-efetividade (ACE).

Considerando limites de mensuração e comparabilidade dos resultados, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A ACB é o método apropriado quando os resultados podem ser expressos em uma unidade física comum, enquanto a ACE é preferível quando todos os benefícios podem ser monetizados de forma consistente.

(B) A ACE é indicada quando se pretende comparar alternativas que buscam o mesmo objetivo mensurável, expressando o resultado como custo por unidade de efeito; a ACB exige monetização de custos e benefícios para avaliar se o benefício líquido é positivo.

(C) A ACE seleciona necessariamente a alternativa de menor custo total, pois, ao comparar custos entre opções, elimina a necessidade de medir resultados e permite decisão direta pelo gasto mais baixo.

(D) A ACB e a ACE são equivalentes na prática, pois ambas se baseiam no mesmo critério: reduzir custos orçamentários do município. A diferença reside apenas no formato de apresentação dos cálculos.

(E) A ACB é preferível sempre que existam indicadores de resultado, pois a existência de métricas torna a monetização automática, dispensando suposições sobre valores sociais e reduzindo incerteza.

QUESTÃO 53

Uma prefeitura acompanha, no PPA/LDO, um programa de esgotamento sanitário. No semestre, foram registrados: despesa liquidada de R\$ 2.000.000, 1.000 ligações domiciliares concluídas e 700 domicílios com esgoto coletado e tratado regularmente.

Considere: produto = entrega concluída; resultado = mudança observada no público-alvo; e que o custo médio por ligação é dado por despesa liquidada ÷ ligações concluídas.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) O custo médio por ligação é R\$ 2.000; produto é o número de ligações concluídas; resultado é o número de domicílios com esgoto coletado e tratado regularmente.

(B) O custo médio por ligação é R\$ 2.000; produto é o número de domicílios com esgoto tratado; resultado é o número de ligações concluídas.

(C) O custo médio por ligação é R\$ 2.400; produto é o número de ligações concluídas; resultado é o número de domicílios com esgoto tratado.

(D) O custo médio por ligação é R\$ 2.000; produto é a despesa liquidada; resultado é o número de ligações concluídas.

(E) O custo médio por ligação é R\$ 2.000; produto e resultado são equivalentes, pois ambos medem a execução do programa no período.

QUESTÃO 54

Uma prefeitura discute revisão de diretrizes de uso e ocupação do solo, com foco em reduzir tempos de deslocamento, melhorar acesso a empregos e serviços e orientar a localização de novos equipamentos públicos.

No debate técnico, surgem argumentos sobre externalidades de aglomeração, adensamento, congestionamento e produtividade urbana.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) A expansão horizontal do perímetro urbano reduz congestionamentos por dispersar fluxos, e tende a elevar produtividade ao aumentar a oferta imobiliária, de modo que o crescimento do mercado de construção é um indicador suficiente de desenvolvimento econômico local.

(B) A localização de equipamentos públicos tem efeito limitado sobre mobilidade, pois os deslocamentos são determinados principalmente por preferências individuais; assim, políticas de zoneamento influenciam o mercado imobiliário, mas pouco alteram tempos médios de viagem.

(C) O adensamento urbano tende a ampliar economias de aglomeração e reduzir custos médios de infraestrutura, mas pode elevar congestionamento e pressão sobre serviços se não houver coordenação com mobilidade e oferta de redes; por isso, a avaliação envolve *trade-offs* entre produtividade, acessibilidade e custos urbanos.

(D) Externalidades de aglomeração e congestionamento são fenômenos equivalentes, pois ambos decorrem da concentração espacial; assim, ao aumentar densidade, a tendência é reduzir produtividade por saturação do espaço urbano, independentemente do padrão de transporte.

(E) A política urbana deve priorizar exclusivamente a maximização do adensamento, pois densidades mais altas reduzem o custo por habitante em qualquer configuração de transporte e garantem redução de tempos de deslocamento por aproximação física entre moradia e emprego.

QUESTÃO 55

Uma prefeitura situada em área de influência amazônica pretende estruturar uma estratégia de desenvolvimento que combine bioeconomia, logística, economia florestal, turismo de base comunitária e instrumentos de política ambiental, buscando ampliar renda local sem elevar pressão sobre recursos naturais.

No desenho das ações, discutem-se instrumentos como pagamentos por serviços ambientais (PSA); crédito verde; regularização e ordenamento territorial; monitoramento/fiscalização e; salvaguardas para evitar efeitos indiretos.

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Programas de PSA podem alinhar incentivos econômicos à conservação, mas demandam critérios verificáveis, monitoramento e desenho institucional que reduza risco de pagamentos por resultados não adicionais.

(B) Linhas de crédito verde podem incentivar cadeias sustentáveis e tecnologias limpas, mas requerem elegibilidade, rastreabilidade e mitigação de risco, para evitar que recursos financiem atividades com passivos ambientais.

(C) A regularização e o ordenamento do uso do território podem reduzir incerteza e conflito, mas a efetividade depende de capacidade de implementação, fiscalização e coordenação com políticas estaduais e federais.

(D) Estratégias de turismo de base comunitária e de cadeias de valor florestais podem gerar renda e diversificação produtiva, mas exigem infraestrutura mínima, qualificação, governança e mecanismos para evitar captura de benefícios.

(E) Ao reduzir desmatamento em um território municipal por meio de fiscalização e incentivos, o efeito líquido sobre a região é garantidamente proporcional, pois a pressão econômica por uso do solo permanece localizada e não se desloca para áreas vizinhas.

QUESTÃO 56

A equipe de desenvolvimento econômico de uma prefeitura analisou dados recentes do município e observou: a participação do emprego em serviços subiu de 62% para 70%, enquanto a participação do VAB de serviços passou de 58% para 60% no mesmo período; o salário real médio nos serviços recuou e o crescimento do emprego se concentrou em serviços pessoais, comércio de baixa complexidade e ocupações por conta própria, com estabilidade relativa em serviços técnicos e empresariais.

Considerando estrutura produtiva, produtividade e encadeamentos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O padrão é compatível com recomposição do terciário por terceirização eficiente de etapas antes internas à indústria, de modo que a política municipal deve priorizar a ampliação de contratos e compras locais em serviços, pois o ganho de produtividade tende a se materializar quando a demanda pública estabiliza receita e escala de fornecedores.

(B) O padrão é compatível com expansão do terciário por atividades de menor produtividade relativa, de modo que o diagnóstico deve separar serviços *tradables* e *non-tradables* e orientar instrumentos municipais para elevar produtividade (qualificação focalizada, ambiente de negócios, encadeamentos via compras públicas com requisitos de desempenho), evitando inferir modernização apenas pela maior participação do setor.

(C) O padrão é compatível com transição para serviços mais intensivos em capital humano, de modo que a política municipal deve concentrar recursos em inovação e incubação de serviços empresariais, tratando a dinâmica de salários e informalidade como variáveis de ajuste de curto prazo que não alteram o diagnóstico estrutural do setor.

(D) O padrão é compatível com expansão de serviços acompanhada de ganhos médios de produtividade, de modo que a política municipal deve enfatizar incentivos tributários horizontais para o setor terciário, utilizando a elevação do emprego como *proxy* suficiente de dinamismo e deixando a composição ocupacional como dimensão secundária do planejamento.

(E) O padrão é compatível com mudança setorial explicada principalmente por medição contábil do VAB e pela volatilidade de preços relativos, de modo que a política municipal deve ancorar decisões em indicadores de ocupação e renda agregada, utilizando o VAB setorial apenas como referência complementar sem implicações diretas para desenho de instrumentos.

QUESTÃO 57

Uma prefeitura pretende ampliar investimentos em infraestrutura urbana, saneamento e digitalização de serviços, mas enfrenta limites fiscais e dificuldades de execução de obras e projetos.

No debate técnico, foram formuladas as assertivas abaixo, considerando desafios econômicos contemporâneos como produtividade, restrição fiscal, coordenação federativa e capacidade estatal.

Analise as assertivas a seguir e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. A restrição orçamentária e a restrição de capacidade de execução são dimensões distintas: um município pode ter espaço fiscal em determinado exercício e, ainda assim, não conseguir transformar dotação em entrega, por limitações de projetos, licenciamento, gestão de contratos e governança.

II. Investimentos em saneamento e infraestrutura urbana tendem a produzir efeitos que extrapolam o curto prazo, inclusive por canais de produtividade e saúde, mas a seleção de projetos deve considerar custos de operação e manutenção futuros, para evitar expansão de ativos sem sustentabilidade de custeio.

III. A coordenação federativa é relevante porque parte do financiamento e da regulação de setores como saneamento e mobilidade depende de arranjos intergovernamentais; ainda assim, a execução municipal é irrelevante, pois decisões centrais determinam integralmente o ritmo e a qualidade das entregas locais.

IV. A priorização baseada em evidências pode combinar critérios de impacto esperado, custo-efetividade e risco de execução, reconhecendo que restrições de capacidade podem alterar a ordem ótima de projetos mesmo quando a necessidade social é elevada.

- (A) Estão corretas as assertivas I, II e IV.
- (B) Estão corretas as assertivas I, III e IV.
- (C) Estão corretas as assertivas II, III e IV.
- (D) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- (E) Estão corretas todas as assertivas.

QUESTÃO 58

No 1º trimestre, o “Balcão Municipal de Empregos” registrou 800 pessoas. Dentre elas, 480 declararam estar em ocupação informal e 320 declararam estar desempregadas.

No mesmo período, 400 concluintes de um curso curto de qualificação com intermediação (encaminhamento a vagas) tiveram acompanhamento, e 120 obtiveram colocação formal em até 60 dias.

Paralelamente, a prefeitura pagou um auxílio temporário de R\$ 300/mês por 3 meses a 200 famílias, sendo 80 com pelo menos um adulto participante das ações de qualificação/intermediação.

Considerando a distinção entre políticas ativas (emprego) e transferências (renda), além dos indicadores e incentivos envolvidos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A proporção de cadastrados em ocupação informal foi de 60% (480/800), o que sugere que o diagnóstico do mercado local deve diferenciar informalidade de desemprego ao desenhar políticas municipais.

(B) A taxa de colocação formal entre concluintes foi de 30% (120/400), indicador típico de política ativa e conceitualmente distinto de medidas de proteção de renda.

(C) O auxílio temporário pode ser integrado ao pacote como mecanismo de proteção, e seu desenho pode incorporar critérios de focalização e vínculo operacional com ações ativas, para reduzir desalinhamentos de incentivos.

(D) A taxa de colocação de 30% observada entre os concluintes pode ser aplicada sem qualquer ressalva para calcular a redução do desemprego entre todos os 800 cadastrados, pois concluintes e não-concluintes têm, por definição, a mesma probabilidade de colocação.

(E) O fato de parte dos beneficiários do auxílio não estar vinculada às ações ativas sinaliza possível “vazamento” de focalização, relevante para avaliar eficiência distributiva e efeitos sobre formalização.

QUESTÃO 59

Ao comparar a execução orçamentária de uma prefeitura entre dois anos, a equipe técnica observou:

Despesa de custeio em 2024 (nominal): R\$ 220 milhões

Despesa de custeio em 2025 (nominal): R\$ 242 milhões.

Para o mesmo período, o índice de preços aplicável ao deflacionamento tem as seguintes referências (base 2024 = 100):

Índice 2024: 100

Índice 2025: 110

Considere que o valor real de 2025 a preços de 2024 pode ser obtido dividindo o valor nominal de 2025 pelo fator (110/100).

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à variação real do custeio em 2025 em relação a 2024.

- (A) Houve crescimento real de 0%.
- (B) Houve crescimento real de 5%.
- (C) Houve crescimento real de 10%.
- (D) Houve crescimento real de 15%.
- (E) Houve crescimento real de 20%.

QUESTÃO 60

Uma prefeitura pretende redesenhar instrumentos para (i) reduzir custos e impactos ambientais do manejo de resíduos sólidos e (ii) mitigar danos recorrentes de alagamentos associados à drenagem urbana.

No debate técnico, consideram-se instrumentos econômicos de política ambiental (taxas/tarifas, incentivos, subsídios, PSA) e requisitos de ética, transparência e interesse público na escolha, implementação e controle desses instrumentos.

Diante disso, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A estruturação de subsídios ao manejo de resíduos pode ampliar adesão e reduzir descarte irregular com critérios públicos de elegibilidade e auditoria; para drenagem, a escolha do instrumento deve privilegiar a expansão do investimento físico, pois a correção do problema decorre principalmente do aumento de capacidade instalada e não do desenho de incentivos.

(B) A estruturação de mecanismos de PSA pode alinhar incentivos à provisão de serviços ambientais com parâmetros e verificação; para resíduos e drenagem, a aplicação do PSA tende a substituir instrumentos de cobrança e regulação, dado que os benefícios ambientais podem ser tratados como contrapartida suficiente no âmbito local.

(C) A estruturação de cobrança vinculada ao manejo de resíduos pode incorporar sinalização de custo e incentivos à redução/reciclagem com critérios públicos de cálculo e salvaguardas distributivas; para drenagem, o desenho pode combinar financiamento do serviço e incentivos para mitigar externalidades, com governança e transparência para reduzir risco de captura.

(D) A estruturação de cobrança vinculada ao manejo de resíduos pode induzir eficiência e previsibilidade financeira com regras de transparência; para drenagem, a política deve priorizar instrumentos informacionais e fiscalização, pois os efeitos econômicos relevantes decorrem do comportamento dos usuários e não da modelagem financeira do serviço.

(E) A estruturação de incentivos econômicos no manejo de resíduos pode ser combinada com metas e indicadores com prestação de contas; para drenagem, a seleção do instrumento deve priorizar estabilidade arrecadatória, pois, em serviços urbanos, o critério fiscal tende a dominar o critério ambiental quando o objetivo é assegurar continuidade operacional.